

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 048

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**ATA DA SESSÃO ESPECIAL COM A
PARTICIPAÇÃO DO SETOR
PRODUTIVO DO ESTADO DO
PARANÁ: COOPERATIVAS E A
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO
ESTADO DO PARANÁ-FAEP, PARA
UMA REFLEXÃO SOBRE
AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO
PARANÁ
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2002
(terça-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Fernando Guimarães.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães. Presentes ainda inúmeras autoridades e demais convidados.

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

Esta presidência tem a honra de abrir a presente Sessão Especial com a presença do senhor Ágide Meneghette, presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, doutor João Paulo Koslovski, presidente das Organizações das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar; doutor João Luís Rodrigues Biscaia, presidente da Junta Comercial do Paraná - Jucepar; e tão importantes representantes do segmento agropecuário que nos dão a honra da presença.

O tema hoje desta Sessão Especial, será “reflexão sobre a Agropecuária Paranaense”.

Inicialmente nós teremos a apresentação de um vídeo onde mostra a potencialidade do nosso setor agropecuário.

Posteriormente, teremos a palavra dos doutores Ágide Meneghette e João Paulo.

O SR. ÁGIDE MENEGHETTE

Exmo. Sr. presidente da Assembléia. Cumprimendo-o, cumprimento a todos os deputados aqui presentes.

Primeiramente queremos agradecer esta oportunidade que nos dão, de falar a esta Casa. (**Lê**):

“Apesar das dificuldades, a agropecuária brasileira e paranaense cresceram nestes últimos anos.

O que demonstra isso é o Valor Bruto da Produção da agropecuária do Paraná.

Pelo quadro, o Valor Bruto da Produção, que é a somatória dos preços pagos aos produtores paranaense, subiu de R\$8,9 bilhões em 1995 para R\$11,8 bilhões em 2000, último dado disponível, tomando como base valores constantes para eliminar o efeito da inflação, permitindo fazer uma comparação mais real do que tem acontecido.

Mas essa evolução não significa que os produtores rurais estejam ficando ricos.

Muito pelo contrário.

O que eles estão fazendo é se adaptando aos tempos da globalização e sobrevivendo da melhor forma possível. Além disso esse aumento do Valor Bruto da Produção corresponde também a um aumento da produção.

Pelo que podem ver, a produção do Estado obteve notáveis marcos em dez anos, especialmente no que diz respeito às culturas de soja, que de 3,4 milhões de toneladas em 92 cresceu para 9,3 milhões de toneladas este ano, um aumento de 174% em 11 anos. E do milho: de 7,3 milhões de toneladas para 10,2 milhões de toneladas neste mesmo período, um crescimento de mais de 40%.

Há um processo de grandes transformações, que está criando condições novas de competitividade no meio rural, mas que também tem deixado grandes tragédias pelo caminho, como ocorreu com os produtores de algodão na década de 90. De uma produção de 973 mil toneladas em 92, este ano o Paraná colhe apenas 86 mil toneladas.

Onze vezes menos.

Grande parte do êxodo rural se deve a esta queda da produção do algodão.

Para compreender o que está se passando, quais são os desafios do setor, o que é possível fazer e o que realmente está sendo feito, é necessário uma análise de nossa agropecuária.

O Paraná era o paraíso da pequena propriedade. Foi sua estrutura fundiária que tornou possível o desenho

de ocupação do Estado e a pujança da economia do interior.

Essa pequena propriedade foi responsável pela conquista do Paraná principalmente na última metade do século passado. Tornou-se um orgulho de nossa gente, pela democratização do acesso à terra.

Agora se tornou um problema grave.

Está ocorrendo no Paraná uma concentração fundiária, que pode ser facilmente visualizada no quadro 04.

É do campo que saem anualmente milhares de pessoas em busca de trabalho nos grandes centros urbanos, muitas vezes sem sucesso.

Os últimos dados oficiais disponíveis - os censos agropecuários do IBGE - mostram que, em uma década - de 1985 a 1995 desapareceram no Paraná, 96 mil estabelecimentos rurais. Quase 25% das propriedades, uma média de 10 mil por ano.

Mesmo que não existam dados mais recentes, é claro que esse processo não acabou e pode, até, ter acelerado.

Junto com o pequeno proprietário, meeiro, parceiro, arrendatário, também trabalhadores rurais vêm saindo do campo. Em geral expulsos pela competição globalizada, pelas novas tecnologias e padrões de escala de produção.

Se tivéssemos dados mais recentes, certamente o quadro mostraria uma situação bem mais dramática da concentração da propriedade.

Este é um quadro social indesejável, para o qual não há uma solução única e fácil, mas que exige a criatividade e a intervenção de governos e da sociedade.

(Pequena pausa)

Essa fuga do campo tem várias razões, entre elas as novas tecnologias, como mencionei. Mas também é consequência de deformação do mercado, que vamos analisar.

A partir da ingênua abertura do Brasil ao mercado mundial, sem os devidos cuidados para preservar nossos produtores e indústrias, como fazem americanos, japoneses e europeus, os preços internacionais passaram a contaminar os preços domésticos. E isso não ocorreu apenas em relação aos produtores de exportação, mas em relação a todos que puderam ter seus preços comparados no mercado.

Por várias razões, os preços das principais commodities estão em queda secular. Para melhor demonstrar esta queda elaboramos o quadro 05, adotando cinco dos principais produtos brasileiros, em dólares constantes - isto é, corrigidos para o valor do dólar atual, para permitir uma comparação melhor.

Pelo que se vê, a soja vale hoje 1/3 do que valia realmente há 30 anos atrás. O mesmo ocorre com o milho, com o café. O açúcar, vale hoje menos da metade do preço de 1970. Esta queda de preços ocorreu porque houve aumento da produtividade em função de novas tecnologias. Porque países antes importadores passaram a produzi-los.

E porque os países desenvolvidos abusam do subsídio aos seus produtores ou às suas exportações, tumultuando o mercado, prática que faz do Brasil uma de suas maiores vítimas.

A consequência foi um espetacular aumento da produção mundial, como mostra o Quadro 06.

Isto significa que o mercado não está fácil. Pelo que se vê a produção de soja aumentou 4 vezes de 1970 até agora e em 15% nos últimos dois anos. O trigo quase dobrou e a produção de milho dobrou. Acho que temos grandes oportunidades, mas para alcançá-las vamos ter que trabalhar muito, mudar o nosso comportamento em relação ao mercado mundial.

Como existem pontos em comum, não é o caso de uma análise por produto, mas basta utilizar um deles, que seja significativo. Esta análise apresenta alguns problemas cruciais que, de uma forma direta ou indireta, atingem a comercialização de todos os produtos, não apenas os destinados ao mercado externo.

A soja é hoje o principal produto do Paraná. Representa R\$2 bilhões, 17% do Valor Bruto da Produção Agropecuária.

Durante anos o Paraná foi o principal produtor brasileiro. Hoje é o segundo, mas a sua produção continua crescendo.

De 1990 até a safra atual, a produção do Paraná mais do que dobrou. Só que este crescimento não corresponde proporcionalmente a um aumento da renda do setor, em face das oscilações nas cotações a cada safra.

Como vimos num dos quadros anteriores, o valor da soja é, hoje, em dólares constantes, menos de 1/3 do que era em 1970. Os produtores compensaram esta redução do preço com aumento da produtividade, embora tenha havido uma perda relativa de renda.

Numa avaliação geral, podemos dizer que, hoje, mais da metade da soja é produzida em propriedades com mais de 100 hectares.

Ocorre que, com a queda dos preços e as novas tecnologias, a produção passou a respeitar novas escalas, que favorecem propriedades de maior porte.

Isso explica porque a soja do Centro-Oeste do país pode ser vendida 35% mais barata que a nossa, para compensar os entraves que ainda existem no seu transporte até as indústrias ou até os portos. A escala de produção permite essa diferença de preço.

No front interno, o Centro-Oeste e o Norte do País, incluindo áreas do Nordeste, passaram a ser os grandes competidores do Paraná. Mas afinal tudo é Brasil. 77% da soja brasileira é produzida para exportar. Nossos principais concorrentes são a Argentina e os Estados Unidos.

Podem verificar que todos os principais produtores aumentaram suas colheitas. A Argentina às custas de pastagem e os Estados Unidos movido a subsídios.

No Brasil, esse aumento na produção é consequência das novas tecnologias e da conquista de novas terras no Centro/Oeste brasileiro.

Contudo, é a participação artificial dos Estados Unidos a responsável pela queda mais acentuada de preços nestes últimos anos.

Contrariando o que determina a Organização Mundial do Comércio, os Estados Unidos estão dobrando o valor dos subsídios para as próximas safras.

Trata-se, portanto, de uma competição desleal.

Neste cenário, o Brasil protesta. Na última reunião da diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ficou decidido que nós vamos entrar com um processo contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio e a Faep vai pagar a parte que cabe ao Paraná na contratação do escritório especializado. Nós temos a responsabilidade de defender o nosso produtor.

Mesmo com as distorções há formas de reduzir o impacto dessa concorrência desleal. Há “gordura” para ser queimada para manter a soja brasileira e paranaense competitiva.

Basta mencionar o quanto do valor da soja colocada a bordo de um navio em Paranaguá é custo de transporte, transferência, embarque portuário. É um custo alto - algo em torno de 37 dólares a tonelada, resultado de deficiências sérias de nossa infra-estrutura e que atinge não apenas todos os produtos da agropecuária, mas também os produtos industriais.

Para efeito de comparação, nos Estados Unidos esses custos de transporte e embarque da soja não chegam a 12 dólares a tonelada, isto é, 1/3 do custo no Brasil.

Esta questão da infra-estrutura do Paraná é tão grave, e tão urgente a necessidade de solução, que será realizado um simpósio sobre logística do Estado no próximo dia 29 de abril, no CIETEP, promovida pela Federação da Indústria, Federação do Comércio e Federação da Agricultura, pela Ocepar e por organizações de usuários e operadores do Porto de Paranaguá.

O assunto é tão importante que acho que todos os senhores devem participar do evento, para o qual já foram convidados. Agora eu reforço o convite.

Mas posso fazer um resumo:

A comercialização dos produtos agropecuários se dá em um “mercado imperfeito” - como dizem os economistas. Isto é, milhares de produtores estão ofertando o mesmo produto ao mesmo tempo.

Do outro lado do balcão, um número reduzido de poderosas empresas multinacionais está comprando. É claro que os produtores rurais não fazem o preço, mas apenas obedecem os indicadores das grandes bolsas internacionais para vender o produto.

Não é por outra razão que os governos de países desenvolvidos costumam intervir no mercado, para funcionar como agentes de equilíbrio. No Brasil foi assim até a poucos anos, enquanto se praticava - mesmo de forma canhestra - uma política de preços mínimos.

O preço recebido pelo produtor de soja - ou de qualquer outra commodity - é calculado de frente para trás. Há um preço CIF, isto é, colocado no porto de des-

tino e que vale para a soja, para o milho, algodão ou outro qualquer produto dos Estados Unidos, da Argentina, do Brasil ou de qualquer outro país exportador.

A partir deste preço, vão sendo deduzidos os preços das diversas etapas do processo de comercialização:

- o lucro do intermediário,
- o transporte marítimo,
- embarque portuário e taxas portuárias,
- o frete do transporte terrestre,
- o pedágio,
- o beneficiamento e armazenamento.

O que sobra desta conta é o que ganha o produtor rural, deduzidos, é claro, os custos diretos de produção, que por sinal são superiores aos custos dos Estados Unidos e Argentina.

O produtor rural procura na escala de produção e na redução de custos aumentar a sua renda e a Ocepar, a Faep, a Emater, a Embrapa, o Sebrae, o SESCOOP, o SENAR - Paraná procuram ajudá-los com cursos de administração e de técnicas de produção.

Só o SENAR Paraná treina por ano mais de 50 mil trabalhadores e produtores rurais. Passaram pelos seus mais de 150 títulos de cursos - sobre as mais diversas atividades rurais - cerca de 300 mil pessoas. Na parte social do SENAR, o programa Agrinho, que leva informações sobre saúde, cidadania e meio ambiente a crianças e jovens das escolas públicas de primeiro grau. Todos os anos atinge a mais de 1 milhão e 200 mil alunos. Já ultrapassa 4 milhões o número de alunos.

Mas o tipo de ação dessas instituições tem limites.

O que dá para reduzir agora são os custos fora da porteira, como os tributos e os gastos com transferências.

Vou me alongar um pouco neste ponto porque isto é fundamental para a compreensão do problema.

Vindo de frente para trás na conta da soja: primeiro, o frete marítimo pode baixar. Aliás já baixou razoavelmente nesses últimos anos, com providências adotadas pelo Porto de Paranaguá, que se tornou mais ágil, evitando as longas esperas de navios na barra, que aguardavam, até 50 dias para atracar e cobrando “demurrage” de 25 mil dólares o dia.

O porto também reduz suas taxas, embora continue caro. As operações portuárias de um modo geral continuam caras.

Agora vamos chegar ao ponto crucial: o transporte das zonas de produção até o porto, lembrando que os fretes cobrados neste período valem para todo o Estado e sofrem um aumento de até 100% em face do brutal aumento da demanda por caminhões.

Lembrando, também que a malha rodoviária estadual está sucateada, elevando o custo do transporte pelo maior consumo de combustível, pelo tempo despendido e pelo desgaste dos caminhões.

O Paraná tem uma malha ferroviária que, de modo razoável - se bem que poderia ser bem melhor - atinge duas grandes regiões produtoras - norte e oeste do Paraná.

Contudo este modal não consegue transportar mais de 35% de toda a carga que vai para o porto. A grande massa de produtos agropecuários é transportada por caminhões que, por deficiência do porto, fazem filas quilométricas na rodovia quando as safras são escoadas rapidamente, como no ano passado.

Pela demanda por transporte, pela espera para descarregamento, pela volta com a carroceria vazia, no período de março a junho ou julho o frete dos caminhões vai às alturas.

Antigamente, a Rede Ferroviária assegurava o mesmo percentual de transporte, mas mantinha as suas tarifas, o que, de certa forma, evitava uma alta desmesurada do preço do frete.

A terceirização da ferrovia criou uma situação inteiramente nova. A concessionária - e não lhe tiro a razão - quer ganhar dinheiro e foi por isso que entrou no negócio. A forma de ganhar dinheiro é maximizar o uso do capital e é isto que ela está fazendo.

O problema não foi criado pela ALL, mas sim pela forma errada como foi feita a concessão, sem maiores exigências de investimento e a imposição de metas que não alteram o perfil dos modais de transporte rumo ao porto.

Além disso, deixou a cargo da ALL cobrar fretes de acordo com a sua vontade, dentro de um intervalo em que o máximo permitido é altíssimo.

Desta forma, a ferrovia cobra um frete que equivale de 80 a 90% do valor do frete rodoviário cobrado durante o pico do escoamento da safra.

Ao invés de segurar o preço do frete rodoviário, a política de preços da ALL ajuda a aumentá-lo e ela não está fazendo nada de ilegal, já que possui um contrato, contrato esse lesivo aos interesses do Paraná.

Por esse sistema, a ALL não tem interesse em aumentar a sua participação no modal além do crescimento vegetativo, porque se isso ocorresse os fretes rodoviários ficariam mais baratos, forçando uma redução no preço do frete ferroviário.

Investir em modernização e em outros novos trechos, como Guarapuava-Ipiranga e Curitiba-Paranaguá, ou no prolongamento de Cascavel a Guaíra e Foz do Iguaçu, nem pensar. Seria um disparate, já que para se ressarcir dos investimentos ela teria que cobrar uma tarifa altíssima e ainda assim os investimentos reverteriam para a Rede Ferroviária Federal ao final do contrato de concessão.

No rodoviário é bom lembrar que além do custo de frete, o transporte de grãos paga pedágios indecentes. É outra questão que tem que merecer um tratamento muito mais severo de toda a sociedade.

Num estudo recente, a Ocepar mostrou o que paga de pedágio uma carreta com 27 toneladas de soja que sai de Cascavel rumo ao porto. O custo do pedágio equivale a 5 sacas de soja só na ida.

Mas como o caminho volta vazio, o pedágio fica implícito no frete. Assim, pode-se afirmar que no equiva-

lente a 450 sacas transportadas, 10 delas ficam nos postos e pedágio.

Esses 2.2% são, é lógico, deduzidos do preço pago ao produtor. Pode parecer pouco, mas para uma atividade de reduzida margem de lucro, é muita coisa.

Estamos falando de algo que representa 23% do preço final da soja e que representa muito mais do milho e que atinge o transporte de todos os produtos agropecuários.

Creio que esse é o ponto mais importante a ser resolvido nos próximos anos, razão do nosso empenho para que todos os senhores participem do Simpósio na próxima segunda-feira.

A Assembléia Legislativa tem um papel muito importante nesse processo de desoneração dos custos fora da porteira e, portanto, no aumento da renda dos produtores rurais.

Pecuária

Outro setor de grande peso é a pecuária: de corte, de leite, a avicultura e a suinocultura. Esse conjunto representa 40% do Valor Bruto da Produção do Paraná.

O setor atravessou, no primeiro semestre do ano passado, uma grave crise por perda de competitividade. O grande gargalo era o tributário, a forma de cobrança do ICMS que foi agravada pela liminar dada ao Estado de São Paulo, pelo Supremo Tribunal Federal a uma Ação de Inconstitucionalidade contra o Paraná.

Para contornar o problema, o João Paulo da Ocepar e eu nos reunimos com o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, e pedimos a ele que a Assembléia resolvesse o problema, já que o governo do Estado se mostrava incapaz de dar uma solução.

Foi assim que nasceu a Lei Brandão, incorporando à nossa legislação dispositivos da lei paulista do ICMS, que a Assembléia teve a sensibilidade de aprovar por unanimidade, criando novas condições de competição, melhores ainda do que a eliminada pela Adim de São Paulo. A Lei Brandão foi complementada pela Lei Rossoni, que beneficiou a produção de lácteos e óleos vegetais e pela lei do deputado Durval Amaral sobre trigo.

Essas deram um impulso formidável à produção agroindustrial, e são responsáveis pelo aumento da produção e pela conquista de novos mercados, inclusive no exterior. A Faep, a Ocepar, a Secretaria da Agricultura, o Sebrae estão realizando grande esforço em apoio a este setor.

Há sete anos esses parceiros e outras entidades criaram o Fundeppec e decidiram que o Paraná não podia mais suportar a vergonha de ser área com focos de febre aftosa. Por iniciativa do secretário da Agricultura de então, o deputado Hermas Brandão, o governo encaminhou uma nova lei de sanidade animal, aprovada pela Assembléia e a criação de novos cargos de fiscais para reforçar o sistema de defesa.

A recompensa veio em maio de 2000, quando a OIE reconheceu o Paraná como área livre de aftosa e isso alargou o mercado mundial para produtos do Paraná.

A exportação de frangos mais do que dobrou nos últimos cinco anos. A de bovinos foi multiplicada por 4 e a de suínos, que vinha caindo, dobrou no ano passado em relação ao nosso anterior.

É claro que a crise da “Vaca Louca” na Europa e da aftosa na Europa e na Argentina ajudaram. Mas esta oportunidade não teria sido aproveitada se o Paraná não tivesse as condições para produzir e comercializar produtos de qualidade e em condições sanitárias.

A combinação da qualidade, sanidade e uma legislação estadual mais adequada foi decisiva para alcançar esses números, que ajudaram o Paraná a exportar 3,7 bilhões de dólares de produtos agropecuários e agroindustriais, 65% do total das nossas exportações.

Vencer a etapa do reconhecimento como área livre de aftosa foi o primeiro passo. Logo em seguida foi montado um programa para incentivar a qualidade e a produtividade na produção de carnes, principalmente na carne bovina. Na produção de aves e suínos o Paraná já detém uma tecnologia de ponta, reconhecida mundialmente. Já éramos exportadores.

Mas na carne de boi não. Além disso, este setor se encontra atrasado tecnologicamente, com excessão de algumas ilhas de excelência, mas que não são a regra.

Por isso foi implantado um Programa de Modernização da Pecuária de Corte, com cursos de administração de propriedade e desenvolvimento de tecnologia, como plantio de pastagens e cruzamentos industriais.

Os pecuaristas têm recebido muito bem esse programa, mas o grande problema da pecuária de corte não está no campo, mas sim na cadeia produtiva.

Nossos frigoríficos estão defasados - são da década de 70.

O mercado é extremamente tumultuado, com atravessadores, “laranjas” e com o abate clandestino, que é responsável por quase metade de todo o fornecimento de carne e que põe em risco a saúde pública.

Agora, novamente os mesmos parceiros - Secretaria da Agricultura, Ocepar, Faep, as outras instituições do Fundepéc e mais a participação técnica do Tecpar estamos trabalhando num programa para levantar todas as informações possíveis - do país e do exterior - para permitir a certificação e a rastreabilidade não apenas de bois, mas de todos os produtos da agropecuária, dando prioridade aos que compõem o Programa de Agroindustrialização do Paraná - carnes, milho, soja, - e frutas.

Em relação às frutas, gostaria de fazer uma abordagem sobre os hortigranjeiros. Os hortigranjeiros, juntamente com a produção de leite - que a Assembléia conhece bem em razão da CPI que vem realizando - são produtos de pequenas propriedades.

Como os senhores viram no começo desta explanação, a estrutura fundiária do Paraná está mudando, com o desaparecimento de pelo menos 10 mil estabelecimentos por ano.

Para estancar esse processo é indispensável uma reconversão profunda, que dê aos pequenos produtores

alternativas que permitam a eles continuar no campo, evitar a frustração de uma vida urbana em subempregos ou até desempregados.

Os hortifrutigranjeiros representam 7% do Valor Bruto da Produção. Trata-se de atividades altamente empregadoras de mão-de-obra, com empregos permanentes na sua grande maioria.

Há um programa chamado Hortiqualidade, uma parceria - vejam que sempre fazemos parceiras - entre a Secretaria da Agricultura, com uma ação muito grande da Emater, a Ocepar, o Sebrae e a Faep, com a ajuda do Senar Paraná.

Este programa está ajudando produtores a modernizarem a comercialização, com a padronização do produto e a utilização de técnicas de embalagem. Fruta é um produto de pequena propriedade, mas que demanda muito treinamento.

A produção de hortaliças e verduras também está crescendo e se modernizando, como facilmente se poderá verificar nas gôndolas dos supermercados. Mas há problemas, que a Assembléia continua investigando: as distorções ao longo da cadeia, principalmente em face de contratos abusivos impostos pelas cadeias de supermercados.

Essas imposições não atingem apenas os hortifrutigranjeiros, mas também o leite, outro produto de pequena propriedade.

Para o leite também temos um programa de modernização, que esbarra na questão do preço que permita ao produtor investir sem sustos e que os senhores estão estudando com muita competência.

O vilão da conversão e modernização da pequena propriedade - e da grande também - não é apenas o supermercado ou a indústria.

Os senhores lembram-se o que ocorreu logo após a implantação do Plano Real. Vencida a inflação, que roubava uma fatia enorme dos salários, o povo brasileiro teve um aumento efetivo de renda.

Esse aumento de renda que a estabilização monetária trouxe, se transformou num aumento do consumo. As carnes, hortigranjeiros e lácteos tiveram um crescimento substancial de demanda.

Infelizmente o padrão de renda não se sustentou ao longo do tempo e os salários foram novamente corroídos e a demanda arrefeceu, embora tenha crescido a produção, o que por sua vez trouxe novos problemas para os produtores rurais.

Assim a estagnação do mercado interno é um grande obstáculo ao desenvolvimento da agropecuária.

É indispensável frisar que, apesar da importância da exportação o mercado interno é o grande demandador da nossa produção agropecuária.

A questão de qualidade é chave. O Paraná foi, no passado, um grande produtor de café. Hoje é o quinto estado produtor com uma produção de 447 mil sacas, mas ainda persiste na cultura, apesar das geadas e dos preços. Acho que o café deve continuar, mas dentro de

novas tecnologias não apenas de plantio, mas de colheita de tratamento, para obtermos um produto diferenciado.

A aposta no café é a aposta em um produto hoje típico de pequena propriedade, mas que precisa de constante apoio na pesquisa, na extensão, no treinamento e, tendo sucesso em tudo isso, na comercialização.

Ao nosso ver a solução dos problemas da agricultura passam pela intervenção oficial, pela coexistência com ajuda mútua dos diversos agentes das cadeias e pela participação de entidades e da sociedade.

Eu poderia listar algumas dessas ações que julgo importantes:

Uma boa política cambial que facilite as exportações e iniba a competição desleal de produtos importados em nosso próprio mercado e da utilização de taxaço compensatória sempre que for necessário.

A redução do custo Brasil: reforma tributária que elimine o peso de impostos sobre a produção agropecuária; redução do custo de transferência (reduzir o preço do frete, do pedágio, dar uma arrumação nos modais com preferência na ferrovia e reduzir os custos portuários, seja através de rebaixa das tarifas, seja através de novos e indispensáveis investimentos). Recuperação de nossa infra-estrutura.

Criação de um seguro da produção, com subsídio do governo para tornar palatável o prêmio cobrado pelas seguradoras. Nenhum produtor suporta pagar 12 a 13% de prêmio de seguro sobre o valor da sua produção. Com seguro barato a demanda por crédito certamente vai reduzir. Esta é uma providência do governo federal, mas que merece uma pressão de todos nós.

Continuidade de programas de sanidade animal e vegetal. Não apenas o combate à febre aftosa, mas a brucelose, tuberculose e outras zoonoses, bem como combate às pragas.

Investimento em tecnologia. O Paraná precisa ter tecnologia apropriadas a seus solos e climas, que são diferentes de outras regiões.

Reforçar o sistema de extensão rural, principalmente para dar suporte a um programa de reconversão que garanta a pequena propriedade.

Uma ação agressiva do governo brasileiro e da iniciativa privada em busca de novos mercados. Prospecções em mercados como Europa, China, Japão para verificar que produtos podemos colocar para seus consumidores. Há um campo enorme de novas possibilidades que nós não estamos explorando.

É claro que cada produto tem seus problemas característicos, mas como há uma mobilidade relativa - o produtor pode escolher entre plantar o trigo e milho safrinha, ou repetir a soja ou plantar feijão - creio que não se trata de discutir pontualmente cada um deles.

As providências de ordem geral que mencionei, mais uma ação específica por regiões - como é o caso exemplar do Arenito Nova Fronteira no noroeste do Estado, e o reforço da pesquisa e extensão e a disponibilidade de crédito para as ações pontuais, podem dar um

novo impulso à agropecuária do Paraná e sustentar a nossa estrutura fundiária.

Trata-se de criar as condições para que haja o desenvolvimento.

Com tecnologia disponível, crédito, apoio institucional, os produtores rurais sabem o que fazer.

Neste sentido a Assembléia Legislativa tem sido parceira da agropecuária e poderá nos ajudar muito, com leis que forneçam recursos e dêem as condições institucionais necessárias para a realização dos programas de desenvolvimento social e econômico do setor rural.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o presidente das Organizações das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, Dr. João Paulo Koslovski.

O SR. PRESIDENTE DA OCEPAR (**João Paulo**)

Exmo. senhor deputado Hermas Brandão, presidente da Casa. Gostaria de cumprimentar a todos os deputados, e gostaria de agradecer de imediato o apoio que nós da Ocepar, temos recebido dos deputados. Nós tivemos o ano de 2001, foi o ano que tivemos conquistas fabulosas, principalmente na área do ICMS e isso devemos muito aos senhores, que tiveram a sensibilidade de aprovar projetos que realmente culminaram por beneficiar milhares de agricultores e sobretudo, conseguimos inclusive ampliar o nível de arrecadação dentro do Estado do Paraná, mesmo reduzindo determinados tributos.

Então, nós queríamos iniciar agradecendo!

Gostaria de dizer que os senhores têm nessa pasta que aí está, em mãos, a exposição que vamos fazer, assim como o relatório dos trabalhos da Ocepar em 2001, o custo, o problema do pedágio, um estudo sobre o pedágio, custo do café. E, tem um vídeo que mostra o que é o cooperativismo do Paraná num CD, que os senhores têm dentro da pasta.

O sistema Ocepar é composto pela Ocepar como uma entidade de representação, dos quais nove ramos fazem parte. Muita gente pensa que a Ocepar se dedica exclusivamente à questão das Cooperativas Agropecuária, mas não. Nós temos nove ramos.

Na área sindical é outro setor que nós atuamos.

A Ocepar é entidade de representação patronal do cooperativismo no Estado do Paraná. E, fazendo parte do sistema Ocepar, nós temos o Sescop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - que é o mais novo instrumento que o cooperativismo tem, com o objetivo de capacitação das pessoas, monitoramento e promoção social.

Estas três entidades fazem parte do Sistema Ocepar. No caso dos ramos que nós representamos, o cooperativismo de crédito em uma importância fundamental. Hoje, nós temos 38 cooperativas de crédito atuando no Estado do Paraná, já com 89.500 cooperados, numa demonstração de que este cooperativismo, este ramo do

cooperativismo é um ramo que vai crescer muito, certamente, e vai nos ajudar na suplementação de recursos de financiamento ao produtor e também ao trabalhador, na medida em que nós temos várias cooperativas de crédito mútuo, ligadas às empresas onde estas cooperativas financiam os empregados.

Temos o cooperativismo do ramo de saúde, com 35 cooperativas, com 9.708 cooperados. No ramo de saúde, os senhores têm o exemplo da Unimed e a Uniodonto, que são cooperativas que atuam dentro do Estado do Paraná e têm prestado um excelente serviço à comunidade.

O cooperativismo de trabalho, um dos ramos que também cresce significativamente, não só no Paraná, mas em outros Estados, hoje com 31 cooperativas, com 15.143 cooperados. Há uma tendência forte de ampliação significativa do número de cooperativas e trabalho, em todas as áreas. Isto em função até da dificuldade de emprego que hoje nós temos na comunidade geral.

Cooperativismo educacional: são 10 cooperativas ligadas ao setor educacional, com 1718 cooperados, dos quais a maioria são pais e alunos. São as cooperativas que se constituem com o objetivo de uma melhor educação em todas as áreas em que atuam.

O cooperativismo de consumo, com apenas 3 cooperativas, 9586 cooperados. Esta é uma categoria que estamos encontrando muita dificuldade na sua viabilização, em função do poder que temos nesta área de supermercados. Dificilmente as cooperativas terão condições de competir, porque há, realmente, uma força muito forte em relação à atuação dos supermercados.

Cooperativismo de infra-estrutura: onze cooperativas de eletrificação rural, com 8794 cooperados.

Cooperativas habitacionais: duas, com 181 associados.

E temos uma cooperativa de turismo e lazer em Foz do Iguaçu, com 46 cooperados. E este também é um ramo com tendência de crescimento.

No cooperativismo agro-pecuário, que é o forte, vamos dizer, do cooperativismo no Estado do Paraná, temos 63 cooperativas com 98000 cooperados, aproximadamente 1/3 dos agricultores do Paraná. E as cooperativas respondem por aproximadamente 55% do total dos grãos que produzimos no Estado, o equivalente a mais ou menos 15% do PIB do Paraná.

Os quase cem mil agricultores são responsáveis por aproximadamente 15% das exportações totais que temos no Estado do Paraná.

As cooperativas participam de forma expressiva no processo do recebimento da safra. Nós somos responsáveis por 64% do recebimento da soja do Paraná, que hoje está acima de 9 milhões de toneladas, trigo com 99% do recebimento da safra; milho, 35% aproximadamente do total comercializado, porque cerca de metade da safra fica na propriedade para ser utilizada pelo agricultor. Então, do milho comercial, se nós extrapolarmos, chegamos a 70%; algodão em caroço 90%; feijão, uma deca-

dência muito grande a nível de Estado, com 4.4; arroz, também 5.1; leite natura 57%; aves 27%, com uma tendência de crescimento significativa. Há dois anos atrás nós recebíamos apenas 15%; hoje estamos com 27%.

Suínos, 15%, com tendência de crescimento; café, 24%; cevada, 100% cana-de-açúcar, 22%.

Das plantas instaladas entramos num processo de agroindustrialização. As cooperativas respondem pelos principais produtos.

Leite pasteurizado, 44% do total do Estado.

Derivados lácteos, 15%; leite em pó, a única unidade de leite em pó existente no Estado do Paraná é de uma cooperativa; queijos 49%, carnes, suínos, 15%; e aves, já estamos com 35% do parque de aves instalado no Estado do Paraná. Bovinos, 3%; e temos a absoluta certeza que com aprovação da lei, que foi aprovada o ano passado, há uma tendência de crescimento das cooperativas no setor bovino, suíno e aves.

Beneficiamento de algodão, 83%; fiações de algodão, 60% da capacidade instalada; e sede, 21%.

Ainda, malte, 100%; trigo, 18%; milho, 20%; mandioca - farinha, 5% e fécula, 24%.

Na área de oleaginosas: esmagamento de soja, 28%; farelo de soja, 28% e refino, nós temos, 30%.

Cana-de-açúcar, 15%, álcool, 34%; café, 38% e torrefação em torno de 37%.

As cooperativas do Paraná comparativamente ao ano de 2000, faturaram R\$ 7.8 bilhões de reais em 2001, com crescimento de 20%, e investiram no ano passado algo em torno de R\$280 milhões de reais no processo de modernização, especialmente no setor agroindustrial, e nós tínhamos uma previsão de R\$450 milhões em 3 anos. Acreditamos que este ano, só, deveremos investir R\$450 milhões no processo agroindustrial, do qual R\$180 milhões no setor de carnes.

As cooperativas abrangem, entre cooperados e familiares, cerca de 1 milhão de paranaenses. São 194 cooperativas dos diversos ramos, 63 do setor agropecuário; 30 de crédito rural; 11 de infra-estrutura; 31 de trabalho, saúde, 35; educacional, 10; crédito mútuo, 8; consumo, 3; habitacional, 2; e turismo, 1.

O número de cooperados: 229 mil cooperados, extrapolando isso com os colaboradores que são 28.460 empregados diretos nas cooperativas, chegamos a aproximadamente 1 bilhão de paranaenses. A participação das cooperativas na produção agrícola do Estado, está ali no desenho, mas nós já passamos anteriormente, e também, no processo de agroindustrialização nós já falamos aos senhores.

Em relação ao processo de exportação, eu acho que um dado mais importante é que o setor agropecuário foi responsável por um superávit que superou os números que ali estão; tivemos um superávit de 18 bilhões de dólares a nível de país. E a nível do Paraná, este número é muito mais significativo em termos de crescimento.

Nas exportações do Paraná, comparativamente com os Estados do Sul, crescemos 21,7%, 2000 para

2001, contra 11.68 de Santa Catarina e 9.78 do Rio Grande do Sul. Isso significa um pulo. às vezes podemos dizer: “Não é o processo de industrialização a nível de outros setores, não do setor primário.” Não é verdadeiro. O setor primário foi responsável pelas exportação de 74% do total das exportações do Estado do Paraná. Isso é extremamente significativo quando o Paraná exportou 5,3 bilhões de dólares em relação a 2001.

O Paraná cresceu de 7.94% no bolo das exportações nacionais, para 9.13% em 2001. Extremamente expressivo. Isso devemos ao trabalho de integração que foi feito dentro do Estado do Paraná, com a Faep, com Sindicarne, Avipar, todas as demais entidades que se congregaram junto ao Conesa, Fundeppec e conseguimos implantar o melhor trabalho de sanidade no Estado do Paraná. E propiciou uma abertura para que pudéssemos exportar pela primeira vez mais de 4 milhões e cem mil toneladas de milho para a Europa e alguns países asiáticos, o que, realmente deu uma condição ímpar em relação às exportações de 2001.

É evidente que não gostaríamos de exportar milho. Queremos exportar produtos acabados, proteína animal, mas ainda temos deficiências, inclusive de recursos para o processo à agroindustrialização. A nossa cooperativa Coamo foi a segunda maior exportadora do Estado do Paraná. Só perdeu para a Volkswagen.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Esse 5,32 bilhões das exportações do ano de 2001, quanto que é o relativo à agropecuária?

O SR. PRESIDENTE DA OCEPAR (João Paulo)

O agronegócio representa 74% das exportações dos 5.3 bilhões. Dos dez principais produtos que o Paraná exportou, sete são do agronegócio. Aí a demonstração da importância da agropecuária dentro do Estado do Paraná. Estamos produzindo 1/4 da produção nacional, com tendência de ganhos de produtividade.

O nosso crescimento em produtividade foi da ordem de 50.02%. Nenhum país do mundo conseguiu, mas o Paraná está dando um exemplo de, pela sua estrutura até de pequenos, a nível de cooperativas, 85% do quadro social são de pequenos agricultores, até 50 hectares!

Realmente organizado em cooperativa fica muito mais fácil de se trabalhar. Sabemos das dificuldades que tem uma empresa mercantil e tem uma cooperativa. Mas é evidente que, através da cooperativa você pode aglutinar a somatória das economias individuais e com isso fortalecer o poder de barganha, o que está ocorrendo. Só no setor de aves as cooperativas exportavam 100 milhões de dólares, esse ano de 2001. É significativo, porque permitiu que pudéssemos, com esse preço, com essa exportação, melhor remunerar o avicultor, apesar de todas as dificuldades que se vivenciou aí em relação ao setor agropecuário há 3, 4 anos atrás, em função da falta de uma política mais consistente.

Felizmente estamos tendo um rumo melhor em relação à política agrícola. Temos algumas deficiências, mas, houve uma locação melhor de créditos. Brigamos, o Paraná ampliou, saímos de um bilhão e duzentos para dois bilhões de crédito rural. O Paraná conseguiu mais uma vez o trabalho integrado, não só a iniciativa privada, mas o governo, os parlamentares nos ajudaram muito, os deputados federais, estaduais e nós conseguimos mostrar ao governo que colocando dinheiro aqui nós poderíamos traduzir isso numa maior produção e produtividade.

Então, realmente, as exportações foram significativas e o agronegócio tem um papel importante nesse contexto e vai continuar tendo, na medida, principalmente, que nós conseguirmos industrializar. O Paraná é hoje o maior produtor de milho deste país e o segundo maior produtor de soja e vai ser o primeiro, pois com a incorporação do arenito, vamos, novamente, ocupar o primeiro lugar, com certeza, porque a região está demonstrando que tem condições de produzir e com isso temos que buscar um programa mais forte no setor agroindustrial, transformar milho e soja em proteína animal e vender, internamente. Vamos melhorar as condições de renda da população, vamos fazer com que se consuma mais.

A cada real que damos de salário ao trabalhador, tem um estudo da Fundação Getúlio Vargas, 68% vai para consumo de alimentos. Se nós aumentássemos o salário mínimo em algo de 20% teríamos até uma certa dificuldade em atender a demanda de alimentos neste país, o que seria extremamente positivo, porque nós melhorariamos a qualidade do alimento da população e dinamizariamos a economia, comutando, gerando emprego e distribuindo, inclusive, melhor a renda dentro do país.

Ok, deputado?

Gostaria de passar alguns números aos senhores sobre a importância do cooperativismo. Se os senhores pegarem na pasta, vou usar o ano de 2001:

A margem bruta da cooperativa foi um bilhão duzentos e sessenta e dois reais, dos 7.8 bilhões que as cooperativas faturaram. Disso, 20,8% foi para pagamento de salário dos trabalhadores; isso significa um salário médio ao nosso trabalhador, aos 28 mil trabalhadores de cooperativas com encargos sociais, de R\$840,00 (oitocentos e quarenta reais) por trabalhador. Aí está a distribuição de renda.

Se pegarmos o último número o resultado distribuído: além do preço normal da venda dos insumos, as cooperativas ainda distribuíam no final do ano, duzentos e cinco milhões de reais.

Então, vejam bem, depois de ter pago, sobrou dinheiro e a cooperativa fez a distribuição. Isso significa dois mil e cinquenta reais para cada produtor ou cento e setenta reais por mês para o produtor a mais. Qual é a empresa mercantil, sem crítica nenhuma, que faria essa distribuição de renda?

Aí está a importância do cooperativismo, quer dizer, ele jogou no mercado, está pagando um salário

relativamente bom e também está promovendo uma distribuição de renda a milhares de produtores. Recolheu em tributos trezentos e sessenta e um milhões de reais. Costumam dizer que as cooperativas não pagam tributos. Estão aí os recolhimentos que foram efetuados em 2001, numa demonstração de que efetivamente nós pagamos tributos.

O próximo número também é importante: As cooperativas brasileiras exportaram um bilhão, cento e trinta e dois milhões de dólares. Dos vinte e dois bilhões que o setor do agronegócio exportou, nós ficamos com 1 (um ponto alguma coisa). Só que desse total as cooperativas do Paraná exportaram quinhentos e nove milhões, quase 50% das exportações brasileiras das cooperativas.

Então, é um número importante, que demonstra que as cooperativas têm uma participação efetiva.

O próximo item que gostaria de falar um pouco aos senhores, é sobre o SESCOOP - Serviço Nacional de Armazenagem do Cooperativismo.

Como nós todos os "s" e aqui está o meu companheiro Ágide Meneghette, tem o Senar, que faz um trabalho fantástico, um trabalho importantíssimo junto ao homem do campo.

Nós conseguimos há três anos atrás, o SESCOOP.

Esse programa tem três objetivos:

- 1º - monitoramento das sociedades cooperativas;
- 2º - capacitação, qualificação das pessoas; e,
- 3º - parte de promoção social.

É evidente, que hoje nós estamos muito mais preocupados, em relação à qualificação e ao monitoramento, para que tenhamos as cooperativas, sejam efetivamente um instrumento de modernização e melhoria empresarial, que possamos assegurar a transparência da administração da sociedade cooperativa aos seus cooperados, e que nós possamos acompanhar a constituição de cooperativas, para que não tenhamos cooperativas mal constituídas e que venham denegrir e trazer problema ao cooperado ou à sociedade como um todo.

Esse acompanhamento nós fazemos.

E temos hoje, dificuldade até, às vezes, de fazer o acompanhamento da forma como gostaríamos, em função de que hoje existem várias cooperativas sendo constituídas até a margem da lei e trazendo dificuldade. E nós temos inclusive, denunciado isso junto ao Ministério Público.

E relação ao SESCOOP, as áreas de abrangência seriam apoio e orientação às novas cooperativas, nós temos uma área específica, que quem quiser saber tudo como se constituiu uma cooperativa, inclusive ter todos os instrumentos, nós podemos orientar. E nesse sentido, só para dar uma dimensão, o ano passado nós tivemos em torno de 250 processos de cooperativas, sendo consultados dentro da OCEPAR. Para ver como há interesse na constituição.

O 2º campo, acompanhamento das cooperativas;

O 3º auditoria de gestão, e o 4º é o programa de apoio às Pequenas Cooperativas.

Nós sabemos que as pequenas cooperativas têm dificuldade em ter a sua documentação em ordem, ter uma profissionalização dessas pequenas cooperativas, orientando, treinando, para que elas possam ter efetivamente, instrumentos de modernização de administração e de gestão.

E temos um instrumento sumariamente importante, que chamamos "SAAC", que é o Sistema de Análise e Acompanhamento das Cooperativas, que já funciona há dez anos, aonde, através de índices, nós acompanhamos a evolução das cooperativas.

E, junto com a cooperativa nós discutimos onde estão ocorrendo os problemas para corrigir rumos.

Esse trabalho nos últimos 3 anos está sendo aperfeiçoado, e temos evitado muitas vezes, que as cooperativas entrem no processo de dificuldade em sustentar. Apesar de às vezes não conseguirmos sanar todos os problemas.

Mas é um trabalho importante, que tem como objetivo exatamente, propiciar à cooperativa, um instrumento de acompanhamento da sua situação, porque ela tem isso direto na cooperativa e pode ser exatamente, como anda.

Em relação ao SESCOOP, gostaria de mostrar uns gráficos.

Nós temos a área de desenvolvimento humano. Os recursos que aplicamos em 2001, 86% foram para atividade-fim, e apenas 13,11% foi para atividade-meio. Isso propiciou que realizássemos em 2001, 734 eventos.

Isso significa mais de 2 eventos por dia, exclusivamente para o cooperativismo.

E treinamos 62.641 pessoas entre cooperados, familiares dirigentes e colaboradores das cooperativas. Então, um trabalho de qualificação importantíssimo. E, diga-se de passagem, nós temos um trabalho integrado com o Senar com os outros "s" e não repetimos os cursos; nós somamos.

Então, essa somatória de eventos, de cursos propiciados tanto para o meio rural, como para o meio urbano, têm sido um diferencial em função da integração que nós temos entre FAEP, FIEP, Associação Comercial, Federação do Comércio, Fetranspar, etc. Estamos fazendo um trabalho integrado em cima de demandas que realmente modifiquem o *status quo* em termos de qualificação das pessoas.

Em relação à OCEPAR, nós temos um trabalho muito forte, relativamente na questão de representação. Política agrícola. Por exemplo, plano de safra, tanto de inverno ou de verão. Nós fazemos um trabalho integrado com a FAEP, com a Secretaria de Agricultura e outras entidades e levamos as posições em nível nacional, onde esse trabalho é feito pelas nossas entidades masters: OCB, CNA; e que depois esse trabalho é apresentado ao governo. Temos tido um trabalho muito bom. No caso do trigo, o governo praticamente adotou a proposta do Estado do Paraná para a política do trigo este ano, que até está motivando o aumento do plantio. Uma ampla participação nas renegociações das dívidas, em relação ao PESA, a securi-

tização, e diga-se de passagem, que os deputados estaduais do Paraná tiveram uma participação importantíssima, nos ajudaram com o envio de documentos para apoiar essa renegociação. Participação intensa na liberação dos recursos do seguro rural, que foi um verdadeiro parto em relação à liberação desses recursos. A política cooperativista em relação ao RECOOP. Nós tivemos 27 cooperativas que foram integradas no RECOOP, Programa de Revitalização das Cooperativas. Conseguimos, entre renegociação de dívidas, dinheiro para investimentos, novos recursos para capital de giro, etc., entre RECOOP, Pesa, Securitização e outras, internar 700 milhões de reais, o que foi extremamente expressivo. Política tributária.

A reforma do decreto Estadual 3.774, que restabeleceu em 7% os tributos do ICMS dos produtos da Cesta Básica.

A Lei 13.213 com redução da base de cálculo para 53,33% para a farinha de trigo nas operações interestaduais.

A Lei 13.410, manutenção da alíquota do ICMS da energia rural e no óleo diesel.

A Lei 13.212 do setor de carnes e lácteos, equiparando o tratamento tributário com outros Estados.

A Lei 13.332, também leite 7% e também margarina, maionese, etc.

Esse é um trabalho dos senhores esse trabalho nós devemos aos senhores, essas cinco leis, que foram importantíssimas porque nos colocaram na condição de igualdade, principalmente com o Estado de São Paulo. Os senhores foram fundamentais porque esses projetos foram aprovados aqui por unanimidade e nós queremos agradecer, em nome do cooperativismo.

Nós temos programas de desenvolvimento, como o Projeto Arenito, que é uma grande esperança. podemos incorporar uma área mais de 2 milhões de hectares em relação a safras de milho, soja, trigo, etc., nessa região. E conseguimos também, em um trabalho integrado, alocar recursos já nesse ano que passou e esse ano também será alocado recursos e é uma área com muita esperança.

Projeto Galha Azul.

Nós estamos desenvolvendo um projeto para o Sudoeste, objetivando a constituição de um frigorífico de suínos. Estamos com o estudo completo. O projeto pronto e isso deverá ocorrer na região Sudoeste do Paraná.

Estamos negociando um programa com o governo federal, que é o Programa Cooperativo de Infra-estrutura e Desenvolvimento Agroindustrial para o Cooperativismo Brasileiro, que prevê a locação de 3 bilhões de reais em quatro anos. Exatamente para a agroindustrialização, onde nós precisamos desses recursos.

No Paraná Agroindustrial, acho que nós tivemos uma evolução significativa, mas precisa muito ainda ser feito neste sentido.

Nós fizemos um trabalho muito forte junto com a Secretaria de Transporte e Porto de Paranaguá em relação

aos problemas que nós tivemos na safra passada no escoamento. E também participamos ativamente do grupo de trabalho que teve como objetivo discutir quais os mecanismos que poderíamos modernizar para evitar as filas que tivemos no ano passado. Neste sentido, as duas cooperativas que atuam no Porto de Paranaguá - Cotriguaçu e a Coamo, fizeram modernizações no porto exatamente para atender isso. Poderemos ter problemas porque o nosso porto ainda tem deficiências, mas são esforços conjuntos que estão sendo feitos no sentido de evitar maiores problemas. Sobre a política externa, nós participamos junto com a Confederação Nacional da Agricultura, a FAEP, a ABAG (?), a Associação Brasileira de Agrebis (?) de um grupo de trabalho que formulou a proposta do setor agropecuário para ser defendida pela Brasil junto a organização Mundial do Comércio. Um trabalho importantíssimo e, felizmente o governo está dando todo o respaldo à iniciativa privada para que se defenda os interesses do Setor do agronegócio brasileiro.

Sobre a política de meio ambiente, nós estamos trabalhando junto com o deputado Moacir Michelto, que é do Paraná, em relação ao relatório da Medida Provisória que trata desse assunto. As embalagens vazias de agrotóxicos nós já temos a posição definida e estamos discutindo com o IAP, a Secretaria do Meio Ambiente, porque as cooperativas têm uma participação forte neste sentido.

Mas uma vez os senhores foram importantes. Nós participamos do Conselho de Recursos Hídricos junto com a FAEP e os senhores foram os responsáveis por isentar o produto do pagamento da taxa de água. Também mais esse projeto foi importante, os senhores nos ajudaram.

Conseguimos a liminar contra a taxa de cobrança de fiscalização ambiental que se cobra duas vezes. E temos desafios. Quais são os desafios que nós entendemos que temos aqui no Estado do Paraná?

O primeiro, é consolidar o Paraná Agroindustrial. Eu acho que o Paraná Agroindustrial andou bem, mas nós precisamos fazer com que ele tenha novas motivações e novas ações para que possamos aperfeiçoar este programa e fazer com que realmente tenhamos um maior percentual da nossa safra sendo transformada em um produto acabado.

O Programa de infra-estrutura e agroindustrialização que é a locação de recursos, a custos compatíveis com a atividade agrícola. E aí esse projeto prevê a locação desses recursos, como nós falamos de 3 bilhões, à custa de crédito rural e com um prazo de 15 anos. Se nós viabilizarmos esse programa a nível federal, e aí nós gostaríamos de contar com o apoio dos deputados, nós efetivamente poderemos transformar o Paraná, porque vamos ter uma segurança maior.

O grande problema, hoje, dos recursos que captamos no BDNS, são exatamente os custos e os prazos: os prazos são incompatíveis e os custos muito elevados. Então, um programa desta natureza que está sendo apre-

sentado certamente vai nos dar condições de atingirmos um maior percentual de industrialização.

O fortalecimento do cooperativismo de crédito. Os senhores sabem que o cooperativismo de crédito é um segmento que vem crescendo de forma organizada, está sistematizado dentro de uma central, tem um controle muito forte da central e do próprio Banco Central, e está crescendo de forma, vamos dizer assim, que nos anima, e realmente vai ser um grande sustentáculo em apoio à suplementação de crédito rural a todos os produtores que fazem parte das cooperativas.

Reconversão de atividades. Quando nós falamos em reconversão de atividades, não é sair apenas de uma atividade e entrar na outra. Não! É viabilizar o pequeno produtor e a reconversão de atividade estão sendo feito no trabalho que a FAEP, o Senar está fazendo na área de fruticultura da qual nós participamos, os programas que as cooperativas estão desenvolvendo na área de vegetais super gelados que nós temos lá na região Oeste, o trabalho que as cooperativas estão fazendo, por exemplo, como a Cocamar, que está entrando na maionese, está entrando em uma série de atividade para agregar valor ao produtor.

Isto é reconversão e também sair de uma atividade que é inviável para entrar numa outra atividade que dê uma maior rentabilidade, também é reconversão. Isto está sendo discutido a nível de Estado do Paraná, junto a Secretaria da Agricultura, junto as entidades, e nós temos que pensar cada vez mais nessa reconversão, agregar valores a produção primária, produzir um produto numa qualidade de melhor com um condição melhor para o consumidor faz parte da reconversão de atividade. Ampliar o nível de exportação. Nós precisamos ampliar agregando sempre valor, reforma tributária.

Eu não preciso falar aos senhores, tributar a alimentação básica no país. Acho isto um verdadeiro crime porque país nenhum tributa a sua produção primária. Infelizmente no Brasil ainda nós temos isto e precisamos de reforma tributária. Nós temos um estudo da FIPE, Fundação Instituto de Pesquisa de Economia da USP, que diz o seguinte - a não realização das quatro reformas, reforma tributária, previdenciária, administrativa e trabalhista, representa um custo, uma perda anual de 28 bilhões de dólares para o país. Este é um estudo bem complexo, eu li todo este trabalho e é realmente uma pena que nós não tenhamos a reforma tributária viabilizada. E a profissionalização é evidente. Eu acho que a qualificação, a profissionalização das pessoas é que vai fazer o diferencial em termos de qualidade dos nossos produtos.

E para finalizar, eu gostaria de mostrar aos senhores aquele mapinha ali. Semana passada eu participei de uma reunião lá na FIEP, com a vinda do ministro Celso Lafer ao Paraná, e ele mostrou esse mapinha e eu fiquei impressionado, e digo, acho que temos que espalhar esse mapinha para que todos conheçam. Houve um seminário feito pelos canadenses e eles fizeram uma apresentação

do Brasil, alguém que conhecia o Brasil, que veio aqui, conhecia e fez uma exposição, e apresentou esse quadrinho da esquerda; é a percepção que ele têm da América do Sul. Vocês vejam o tamanho do Brasil e veja a capital do Brasil, Buenos Aires. Olha o tamanho da Argentina e olha o Chile como engordou. Vejam a percepção. Isto é real, gente. Foi feito no Canadá, o ministro Lafer que trouxe essa informação. Evidentemente do lado direito está o real. É esse tipo de mudança, a nível internacional que nós temos que fazer. Vender a imagem, o potencial, a condição que nós temos de efetivamente ser o grande sustentáculo da produção mundial. E nesse seminário eles disseram que só há três países no mundo que no futuro vão ser o sustentáculo na área do agronegócio: Estados Unidos, China e Brasil.

Obrigado por vocês terem agüentado a gente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado estadual Augustinho Zucchi, representante do Bloco Agropecuarista, que fará uma saudação a um setor produtivo tão importante da economia paranaense, mas antes o deputado Tony Garcia deu-me a missão de convidar os senhores parlamentares para um jantar hoje no Restaurante Boulevard, pois o mesmo está comemorando 49 anos de idade.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero justificar à Casa aos nossos ilustres visitantes, que esta reunião está acontecendo por proposição do eminente deputado Orlando Pessuti, que infelizmente, por problema de saúde na sua família, não está presente aqui, nesta Casa. Exatamente por isso, o nosso querido amigo deputado Augustinho Zucchi fará o pronunciamento em nome da Casa e também, tenho certeza, em nome do deputado Orlando Pessuti.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, a nossa saudação ao doutor Ágide Meneghette, presidente da Faep; ao doutor João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar; e a nossa saudação a todos os visitantes, técnicos ligados aos setores cooperativistas e do sindicalismo; enfim, uma saudação ao doutor Jorge Miguel Samek, engenheiro-agrônomo, vereador de Curitiba, que prestigia este evento; ao doutor Antônio Poloni, secretário da Agricultura do nosso Estado.

E dizer, senhor presidente, que embora bastante afônico, aceitei a incumbência de V. Exa., de representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e de substituir o deputado Orlando Pessuti, justificada a sua ausência pelo companheiro deputado Nereu Moura, para fazer uma saudação a esse setor produtivo, de organização, de profissionalização, de comercialização e de transformação do nosso Paraná, tão importante, que é o setor das nossas cooperativas e da nossa Federação da Agricultura.

Sou bastante suspeito para falar, já que além da ligação profissional, da origem e da vocação que tenho com relação à agropecuária, porque tenho paixão por esse assunto, não me cabe, aqui fulanizar e nem citar nomes, porque não é essa a intenção da nossa presença na tribuna.

Fiquei tão triste no dia que ouvi de uma grande autoridade nacional que no Brasil estava consolidado o quadro fundiário do Estado, ou seja, não teríamos pelas explicações sociológicas, mais de 12% da população na área rural. Isso me deixou entristecido, porque era uma comparação feita com os países onde aconteceu a revolução industrial, onde as pessoas tinham sua saída imediata do campo e sua adaptação na cidade, nas empresas e nas fábricas, enfim, naquele momento de industrialização, no mundo todo.

Nós sabemos, pelo dados que aqui colocaram, o doutor Ágide e o doutor João Paulo, inclusive, por aquele mapa ali, que é fruto de estudo de outras nações, que o único país capaz de surpreender o mundo é o Brasil, em relação à questão da produção.

Os dados que temos, é que nunca vamos competir nem em tecnologia de ponta, quer seja na informática, quer seja em um setor que ainda podemos competir, que é a mineração, mas é recurso natural não renovável. Nós só poderemos competir naquilo que temos por dádiva de Deus, que aconteceu conosco, aqui, que é de solo fértil, população trabalhadora e capaz de transformar a realidade do nosso Brasil em um país que possa surpreender o mundo na questão da produção.

Desafios, teremos que enfrentar. Vimos aqui com relação ao crédito rural, à política agrícola nacional, que não tivemos de acordo com o que necessitava o país, razão pela qual as cooperativas, ao longo dos tempos, e as organizações dos nossos agricultores, tiveram que resistir e se adaptar. Muitas vezes pagar a conta da falta de política agrícola, que aconteceu com muitas de nossas cooperativas no Brasil. Razão pela qual, não fosse o Recop, muitas das nossas cooperativas estariam inviabilizadas.

Cabe-me dizer de todos os problemas e quero parabenizar, aqui, tanto a Ocepar, como a Faep, por levantarem problemas que são nossos, como a questão do pedágio, por exemplo. Com relação à produção, se pegarmos só a soja, em um cálculo rápido - vamos transformar isso em dinheiro -, 50 milhões de reais da soja paranaense ficam no nosso pedágio. Talvez, seja o único lugar no mundo em que o custo seja tão alto, com relação ao benefício que isso traz. Se fizermos uma pesquisa com a população, ninguém é contra o pedágio - todos discutem a questão do custo. No setor de produção, muito bem levantado, pagamos duas vezes: uma no alto custo dos insumos; a outra, nós perdemos a competitividade porque o nosso produto se torna obviamente com valor menor por termos esse custo alto das tarifas com relação ao transporte da produção, sem absolutamente nenhuma crítica, mas é para todo o nosso setor e para a sociedade uma questão a ser enfrentada, senão o Paraná, que produz

25% da produção agrícola deste país terá realmente os problemas bastante agravados com relação ao nosso custo de produção.

Então, gostaria apenas de dizer nesta rápida interferência, que independentemente de cor partidária, independentemente de bancada, aqui, esses setores da nossa agricultura, e quero fazer jus aqui ao deputado Orlando Pessuti, juntamente com a Frente Parlamentar do Cooperativismo, com a frente parlamentar da agropecuária com todos os deputados, todos os projetos referentes à questão da agricultura, tiveram aqui o apoio de todos os deputados nesta Casa, e quero ressaltar que as cooperativas nasceram na sua origem, para defender os mais fracos, na sua essência, para organizar os nossos produtores, que os sindicatos, as federações como é o caso da Faep também para organizar, para dar suporte aos nossos produtores.

Programas como o Agrinho, doutor Ágide Meneghette, são exemplos para o nosso país, programas como o desenvolvimento em conjunto pelo Senai de profissionalização, exemplos para todo o nosso Brasil.

Acho que há de se ressaltar o que representa para nós a inserção da Faep, da Fetaep, de todos os sindicatos, das cooperativas na nossa produção, o que significa, doutor João Paulo, o cooperativismo no Paraná, porque muita gente fala de que os pequenos produtores não estariam agregados no cooperativismo, nós que convivemos e vivemos o cooperativismo no Paraná sabemos que grande parte dos cooperados estão assentados nos pequenos produtores, e que aliás o esforço maior do Paraná, na minha opinião, se queremos ajudar a nossa bela Curitiba, se queremos fazer com que Curitiba tenha um equilíbrio social, o maior programa que podemos fazer em favor de Curitiba é ajudar o interior do nosso Paraná, nos somando à Ocepar e à Faep e a tantos outros que desenvolvem atividades em favor da nossa agropecuária.

Então, parabéns a este trabalho apresentado, não apenas aqui nesta rápida palestra, o trabalho conjunto feito pelo Paraná, não há programa neste Estado do Paraná. Quem vivencia os jogos oficiais do Estado do Paraná e do nosso país sabe, não há programa, quer seja do governo federal, quer seja do governo estadual, não há nenhum programa que tenha se desenvolvido no Paraná sem a participação decisiva das cooperativas, da Faep e de todas as entidades que representam os nossos produtores.

Então, parabéns por este trabalho, e eu gostaria, apenas, em nome da Casa, agradecer o empenho de V. Exas. com toda a equipe, os técnicos, a equipe administrativa, todos os setores organizados desses representantes da nossa agropecuária que trabalham incessantemente para que possamos ter um Paraná mais forte através da nossa agricultura e da nossa pecuária.

Desnecessário se faz falar o quanto podemos progredir no Paraná e o que significou a produção agropecuária na balança comercial do nosso Estado, o que significa a nossa produção agropecuária no resultado que

temos daquilo que representa a pujança do Paraná e o respeito que tem o Paraná no nosso Brasil.

Então, fica aqui, em nome da Assembléia Legislativa, dos nossos companheiros, mais uma vez justificando a ausência do deputado Pessuti, mas dizendo que todos nós parlamentares somos gratos a esse trabalho e estaremos sempre nessa parceria para desenvolver cada vez mais o Paraná, e um dado bastante importante que deve ficar na cabeça de cada parlamentar, eu digo sempre do nosso Sudoeste que está aqui, deputado Nereu Moura, a deputada Luciana e outros, que representam a nossa região.

O dia que não tivermos a composição fundiária que tem o Paraná, nós seremos um bolsão de problemas sociais neste Estado e não teremos a composição social e econômica, pujante que tem o Paraná.

Parabéns, muito obrigado. Um forte abraço de todos os companheiros da nossa Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, somente para parabenizar a iniciativa do deputado Orlando Pessuti e até ser repetitivo no que disse com muito brilhantismo o deputado Augustinho Zucchi, mas sem dúvida nenhuma a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sempre foi extremamente receptiva a todos os anseios do setor cooperativista do Paraná, da Federação da Agricultura, enfim, de todas as entidades que representam a agropecuária paranaense e os próprios pronunciamentos, do Dr. João Paulo e do Dr. Ágide Meneghette comprovam o que estou falando. Várias leis foram aprovadas, que beneficiaram o setor.

Seria desnecessário falar dos problemas que vive a agropecuária, mas gostaria de fazer aqui um pequeno pronunciamento que inclusive, despolitizando esse pronunciamento, deixando de lado de ser de fato um deputado de Oposição ao Governo do Estado e que também, o nosso partido se opõe ao Governo Federal.

Acho que o Paraná foi privilegiado nos últimos anos, porque teve grandes secretários da Agricultura, começando pelo secretário Osmar Dias, depois o Presidente da nossa Casa, o deputado Hermas Brandão, o secretário Poloni, que está presente. Acho que isso realmente fez com que essa sensibilidade aumentasse, e essa integração entre a Assembléia Legislativa e o governo estadual e as entidades que representam a Agropecuária fossem bastante intensa no Estado do Paraná.

Acho que nós não podemos nos iludir com os números do ano que passou. O ano de 2001, realmente fez com que nós fôssemos favorecidos em função, principalmente, nas exportações, que é o caso da carne, em função dos problemas sanitários que viveram os países vizinhos, especial a Argentina e o Uruguai. A questão cambial que não foi dito, mas que foi extremamente favorável ao Brasil, comparado com a Argentina, mas que

agora há uma inversão. Acho que é uma preocupação que o setor produtivo deve ter principalmente neste ano.

Gostaria de ocupar este espaço para falar um pouquinho do trabalho que nós estamos fazendo na CPI do Leite como relator em conjunto com a Ocepar, com a Faep. Estamos tendo total apoio dessas entidades, inclusive, o Dr. Ronei Volpi é uma pessoa que nos tem assessorado, nos auxiliado muito, nos dando informações e no encontro que nós tivemos em Brasília na semana passada com a Comissão de Agricultura e a Sub-Comissão de Agricultores, que foi criada especificamente para tratar da questão do leite.

Esta Sub-Comissão que está sendo presidida pelo deputado Ronaldo Caiado e tem como relator o deputado Moacir Miqueletto.

Lá tivemos a oportunidade de relatar tudo aquilo que nós conseguimos coletar nas audiências públicas nas principais cidades do Estado do Paraná, que percorremos e nas Sessões das CPIs aqui na Capital. Fizemos algumas sugestões mas gostaria de aproveitar a oportunidade, Dr. Ágide, para que debatêssemos o assunto, que acho da maior importância.

Nós constatamos durante esses levantamentos, - eu sempre tive o cuidado e todos os membros da Comissão tiveram o cuidado de não fazer nenhum prejulgamento. Mas, alguns assuntos são de extrema gravidade, em algumas questões que nós levantamos. A questão da concentração hoje, que existe na mão do setor varejista. Na mão de quatro grandes grupos no Estado do Paraná que dos abusos que esses grupos vem fazendo, principalmente, com relação às exigências, exigindo descontos, bonificações do setor industrial do Estado do Paraná.

Para que os deputados tenham idéia somente quatro grandes grupos representam 50% das vendas, na Capital do Estado. Alguns dizem que chega a 60% das vendas dos produtos lácteos e 42% no Estado do Paraná.

Vejam a grande concentração que existe na mão desses quatro grupos. O poder que eles têm de compra e o poder inclusive de pressão sobre o setor produtivo paranaense.

Eles estão exigindo descontos e bonificações que foram aqui confessados numa audiência sobre juramento, por um dos grandes grupos que, somados às bonificações e os descontos, nós chegamos a mais de 20%.

Logicamente, que esses 20% poderiam ser repassados ao consumidor final. Não estão sendo repassados inclusive com a constatação das notas que nós vimos e muito menos ao produtor que estava recebendo até o final de dezembro, um preço médio pelo litro do leite em torno de 0,20, 0,22 centavos.

Nós constatamos isso.

Realmente é uma disputa muito grande, o poder que esses grupos têm é muito grande, a Assembléia Legislativa se propôs a comprar a briga. Nós tivemos total apoio por parte da Mesa Executiva da Assembléia quando começamos a CPI, mas precisamos do apoio da Faep e Ocepar. Eu diria, e até para que haja um relaciona-

mento duradouro, sempre tenho como princípio de que nenhum relacionamento é duradouro se não existir franqueza entre as partes. Nós discutimos a pré-fixação do preço ao produtor rural. Não me convenceram as respostas que o presidente nos dava, sobre se era legal ou não, a falta de pré-fixação e o secretário de Direito Econômico, quando fizemos as duas perguntas, a pré-fixação do preço e a questão dos descontos e bonificações feitos pelos supermercados.

Com relação à pré-fixação, eu acho que as cooperativas poderiam dar o exemplo, iniciando no Paraná, dando a oportunidade para o produtor saber o quanto receberá pelo litro do leite no momento da venda. Eu considero um verdadeiro absurdo o produtor do leite entregar o seu produto e receber 45 dias depois sem saber quanto está recebendo no momento da venda.

Acho que poderíamos dar o exemplo, sem questionar a questão da legalidade. É um questionamento que faço.

Segundo: o presidente Hermas Brandão se propôs a nos dar total apoio, mas precisamos da contratação de um especialista em Direito Comercial, para que analisemos essa questão da legalidade, dos descontos e bonificações feitas pelas grandes redes de supermercados.

No meu entender e pelo que a assessoria me passava, isto é totalmente ilegal, visto que, para que se tenha um contrato entre as partes, um dos primeiros itens que se discute é a questão do preço, depois, prazo de pagamento, enfim, a questão dos descontos até porque uma das partes tem um poder sobre a outra muito grande.

Precisávamos desse assessoramento por parte da Faep e Ocepar, principalmente para esta semana, para que pudéssemos concluir o nosso relatório. Se chegarmos à conclusão que realmente é ilegal a cobrança desses descontos e bonificações, nós estaremos dando uma resposta à sociedade paranaense, porque nós, comprovando a ilegalidade, podemos, através da lei feita pela Assembleia

Legislativa, proibir no Paraná esses descontos e se a indústria tiver um “plus” de 20% a mais, ela poderá aumentar o seu lucro e repassar para o produtor, que é o nosso grande objetivo, e diminuir o preço para o consumidor final, mas para isso precisamos do apoio de vocês, e se possível, ainda esta semana.

É a sugestão que eu faço como relator da CPI. Nós resolvemos comprar essa briga, deputado Hermas Brandão. V. Exa. nos deu todo o apoio, a Assembleia também, a CPI tem enfrentado todas as dificuldades. Vamos às últimas conseqüências para investigar e comprovar que as grandes redes de supermercados estão agindo na ilegalidade, não só na cobrança, nos descontos, nas bonificações, como também, na questão da sonegação dos impostos.

Já pedimos um estudo de um técnico da Receita Estadual e agora, na semana que vem, logo que recebermos os documentos complementares, pediremos o apoio da Receita Federal para comprovar a questão da sonegação.

Aqui estamos tentando colaborar com o setor corporativista e produtivo do Paraná, mas precisamos dessa integração e agilidade. Quero agradecer o apoio que tivemos, mas precisamos de mais esse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encerrar, agradecemos a presença do Dr. Ágide Meneghette, presidente da Faep, do Dr. JoãoPaulo. Há sempre esse entendimento constante entre o setor tão importante da economia paranaense e nossa Casa de Leis.

E em nome da Faep e Ocepar, convidamos todos para uma degustação de produtos lácteos, oferecida pela Cooperativa Central Sudoeste que industrializa a marca Frimesa. Será no Salão Nobre.

Obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a Sessão.